

Local: ASCAPES e ASCT

Data: 04 e 05 de Agosto de 2015

ENTIDADES PRESENTES: AFINCA, AFINPI, APOSEN, ASCAPES, ASCCTEX, ASCON-RJ, ASCON-DF, ASCT, ASPAN-MG, ASSEC-MG, ASSEC-NE, ASSEC-PC-GO, ASSEC-RJ, ASSPEN, SINDCT, SINDSEP-AM e SINDSEP-PE

ATIVIDADES

Dada a gravidade do momento, este relatório assume um estilo de redação narrativa pormenorizada das reuniões acontecidas, com o Ministro Aldo Rebelo e com o Secretário de Relações do Trabalho Sérgio Mendonça. Inclui também uma visão do Secretário-Geral da Condsef, Sérgio Ronaldo, que veicula uma visão de quem participa do Fórum do Servidor Federal na ampla negociação salarial.

1) REUNIÃO COM O MINISTRO ALDO REBELO

A secretária Emília Curi iniciou falando do encontro que teve com as instituições do MCTI em São Carlos, por ocasião da 67ª Reunião da SBPC. Afirmou que as instituições se apresentaram e que deu pra conhecer um pouco do que fazem. Afirmou que reclamaram do problema da escassez de recurso humanos, assunto que voltará a ser tratado numa outra ocasião, em setembro. A pauta incluirá também a questão da comunicação social, divulgação das pesquisas e trabalhos dos institutos.

O Fórum de C&T iniciou a reunião afirmando que tem para o MCTI uma visão de dentro das Instituições Públicas de Pesquisa – IPP. Foi externada a preocupação com a sua rápida deterioração, a perda da força de trabalho e o assédio dos questionamentos quanto ao seu modelo jurídico. Foi apresentado o quantitativo desta perda que causou aos IPP um encolhimento de mais da metade da força de trabalho em vinte e cinco anos. Foi afirmado que esta perda é do conhecimento da administração pública a ponto de o Boletim Estatístico de Pessoal, publicação da SEGEPE, ter sido usado como a única fonte de produção de um diagnóstico elaborado pelo Fórum de C&T em 2013.

Foi apresentado um histórico das avaliações das IPP. A primeira aconteceu em 1991, quando as Unidades de Pesquisa ainda eram locadas no CNPq e a segunda em 1994 pela Comissão Bevilacqua. Ambas tiveram cunho extremamente dirigistas, sem, no entanto depreenderem o potencial de produção e contribuição das UP para o desenvolvimento do país.

Em 1992 houve grande embate com a comunidade científica no Congresso Nacional, quando da articulação em torno da criação das Carreiras de C&T. Desde o início houve resistência da academia, que era contra e sempre criticou e atacou as Carreiras de C&T. A sua regulamentação das Carreiras em 1993 ocorreu sobre fundamentos e pressupostos modernos de administração de recursos, como a sua transversalidade de atuação em várias áreas temáticas.

Em 2001 aconteceu a avaliação da Comissão Tundisi, que foi mais profunda em críticas e ataques. Mais uma vez ocorreu avaliação de cima para baixo. Sem ouvir os servidores e as instituições, a comissão criticou os programas de Pós-graduação dos IPP e alegou que desenvolviam atividades concorrentes com as universidades.

No governo FHC, Bresser Pereira, acumulando a presidência do CNPq com o cargo de ministro, retirou as UP do CNPq, separando o Fomento, atividade de exclusiva de estado, das atividades de desenvolvimento científico. Foi então que surgiu o modelo jurídico de Organização Social – OS. O Instituto de Matemática Pura Aplicada foi a primeira a aderir ao modelo.

Terminada a exposição histórica, o Fórum explicou ao ministro o quanto as Carreiras de C&T já perderam em não ter sido atendida por ele desde a solicitação de audiência no início do ano. Nestes seis meses já foram constituídos comitês de busca sem a participação dos servidores. O fato representa um retrocesso da prática democrática conquistada em gestões anteriores do MCTI, mas infelizmente não formalizada. Documento da representação dos servidores questionou sobre o comitê de busca para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, mas não obteve resposta. No Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, o comitê, presidido pelo presidente do IMPA, reuniu os coordenadores e perguntou o que eles achavam de OS, insinuando o modelo como a oitava maravilha do mundo, quando em verdade o IMPA é uma organização autoritária, em que este presidente jamais conversa com os seus servidores e não lhes permite organização associativa.

Finalizou falando da enorme apreensão causada pela atual comissão de avaliação, constituída pelos expoentes da ABC e da SBPC, inimigos das Carreiras de C&T e das UP. Na CBPF eles afirmaram que estavam lá para avaliar a evolução de projetos e atividades desde o relatório Tundisi, o que é um absurdo.

O Fórum de C&T destacou os problemas de gestão que acometem os IPP, cujos parques concursos, com disponibilização de número de vagas paupérrimo, tendo afetado a universalidade dos servidores e das atividades, impactou mais drasticamente a Carreira de Analistas. O efeito acumulado do encolhimento deste quadro de servidores se reflete no limiar do colapso em instituições que agora têm dificuldades de executar o plano orçamentário. Na falta destes profissionais, ocorre desvio de ~tecnologistas e pesquisadores para atuar em processos de compra de bens e serviços. O expediente penaliza duplamente os IPP, pois desvia trabalhadores de atividades para as quais é habilitado para outras em que muitas vezes não consegue sucesso ou conduz com graves deficiências.

O Fórum de C&T alertou o ministro Aldo Rebelo para a gravidade do momento, que requer sua atenção, abertura de sua agenda para que esta representação dos servidores possa apresentar propostas que enfrentem os muitos problemas e mostrar que o modelo jurídico de OS não é a solução mágica apresentada pela ABC e pela SBPC.

Com a palavra, o ministro afirmou que o MCTI tem o papel de liderar o esforço do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI na interação com os outros ministérios, nas demandas estratégicas de atendimento às necessidades do país. Afirmou que, como ministro, tem que seguir diretrizes da presidência da república, mas que tem a liberdade de avaliar os desafios e buscar adequar ações. Falou de seu propósito de constituir Grupos Executivos de Trabalho, como forma de dar um passo avançado na relação com estes ministérios, em toda a transversalidade de atuação das Carreiras de C&T, experiência que aquilatou como muito proveitosa na experiência que teve na condução da preparação da Copa do Mundo, na interação com os vários ministérios envolvidos na mesma seara.

O Ministro afirmou que Ciência, Tecnologia e Inovação constituem fundamentos, pressupostos, para o desenvolvimento da economia, do bem estar social, das políticas públicas em todas as áreas das necessidades do povo. Argumentou que ninguém faz nada sem CTI, nem em economia anda pra qualquer lugar, nem se melhora saúde, a educação ou se avança na solução de qualquer outro desafio. Informou que declarou à presidência da república sua indignação de que a CTI tenha sido deixada de lado na distribuição dos benefícios dos royalties do Pré-Sal, indagando como pode haver educação e saúde sem ciência e sem pesquisa. A presidente Dilma teria dito que incluirá com prioridade a CTI como beneficiária dos royalties, e que incluirá pesquisa em todas as áreas. O ministro afirmou que teria solicitado que também a Defesa fosse incluída no expediente, por ser esta área de característica fortemente fomentadora de conquistas tecnológicas disponíveis à sociedade.

Concluiu que o Brasil, portanto, tem que se apoiar nos IPP, mais do que nas universidades. Citou que é preciso reconstruir o orçamento do ministério, “descontingenciando” e desonerando. Por exemplo, citou que é preciso transferir o programa Ciência sem Fronteira para o MEC, que a graduação não deve ser escopo da atenção do MCTI. Afirmou também que a destinação dos recursos do FNDCT devem ser usados exclusivamente para irrigar o SNCT. Afirmou que não encontrou nenhuma obra do MCTI no PAC, o que em sua opinião é um absurdo que um programa de aceleração de crescimento sem Ciência, Tecnologia e Inovação. Afirmou que já preparou uma listagem de obras que podem ser integradas ao PAC, que se encontra atualmente no MPOG. Citou várias áreas da economia brasileira que poderiam ter grandes ganhos através da ação mais eficaz dos IPP, que devem ser valorizados; destacou a necessidade de abertura de fronteiras tecnológicas com outros países. Afirmou que se constata que onde o país é deficitário na economia, no balanço de Transações Correntes, é onde é atrasado em CTI, o que produz evasão de divisas na forma de pagamentos de royalties, alugueis de equipamentos (citou 500 mil dólares por dia por equipamentos do Pré-Sal e importação de fármacos), que só terão resposta adequada com esforço continuado em pesquisa e desenvolvimento. Citou o absurdo dos salários das carreiras frente a outras, exemplificando a diferença salarial de engenheiros que projetavam estádios na época da Copa com os dos advogados dos órgãos de fiscalização e controle. Afirmou que “viremos a República dos Bacharéis”.

Quanto aos comitês de busca, sem a participação dos servidores, afirmou que imagina que cada um é feito de uma forma diferente, demonstrou não ter conhecimento de como o processo é instituído. Foi informado pelo Fórum de C&T que o ministro tem autonomia para inserir um representante dos servidores na comissão, que isto é feito através de portaria ministerial. O ministro afirmou que falaria sobre o assunto com a Secretaria de Coordenação das UP – SCUP. Neste momento foi feita observação de que os analistas estão excluídos, tanto da possibilidade de participação em Comitês de Busca, quanto na candidatura às direções das UP. O Ministro afirmou que consultaria a portaria (que habilita apenas tecnólogos e pesquisadores).

Na discussão da campanha salarial, o Fórum de C&T explicou que busca a equiparação salarial com das atividades típicas de estado, com a finalidade de atrair e também de reter novos servidores, estancando o êxodo de novos servidores para carreiras menos exigentes e de melhores salários. Apresentou a proposta de estabelecer mecanismo legal de reposição automática de servidores por qualquer motivo, semelhantemente ao que acontece hoje com as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

O Fórum de C&T solicitou apoio do ministro, junto ao MPOG, quanto à proposta de incorporação da gratificação de desempenho – GDACT – ao Vencimento Básico, com a argumentação de que a estrutura das carreiras já submetem o servidor a avaliação e que atualmente acontecem duas avaliações do servidor, a de carreira e desta gratificação. Informou que esta é uma pendência do Acordo 09/2012 não cumprido pelo MPOG.

Avaliação:

O Fórum avaliou que a reunião foi intensa, mas o Fórum de C&T não conseguiu obter do ministro nenhum compromisso com relação aos pontos específicos protocolados no documento. Estes pontos deveriam ser apresentados e discutidos ponto a ponto e não de forma difusa como o foi. Não foi tratada a proposta da Escola de Governo. Numa reunião que durou 1h15min, faltou sair com agenda da próxima reunião.

2) Reunião com o Secretário – Geral da Condsef, Sérgio Ronaldo

Antecedendo a reunião com a Secretaria de Relações do Trabalho – SRT, o Secretário-Geral da Condsef, Sérgio Ronaldo falou sobre a participação da Condsef, junto ao Fórum do Servidor Federal, quanto à campanha salarial. Afirmou que o secretário executivo do MPOG, Nelson Machado foi contatado e informado da enorme pressão exercida na negociação salarial com os servidores. Reclamou-se da inflexibilidade do governo quanto ao índice de reajuste. Foi argumentado que, para corrigir os benefícios, o governo reconhece as perdas aquilatadas pelo IPCA, mas incoerentemente não o considera para a correção dos salários. Quanto à possibilidade de quebra da proposta de acordo coletivo em quatro anos, a disposição do governo seria de quebrar também o índice global já proposto. Neste caso, seria adotado o índice de 5,5% em 2016 e 5% em 2017. Há efetivamente a expectativa de quebrar a exigência de acordo em quatro anos.

Alertou que as condições que levaram ao acordo em 2012 não existe no cenário atual e que este acordo é inaceitável, engessa pés e mãos, impede qualquer discussão por quatro anos. O conjunto do Fórum do SF protocolou contraproposta de 19,7% para 2016 e, como plano B o mesmo índice fracionado em duas parcelas de 9,4%. Ainda não houve reação do MPOG. Informou que nenhuma entidade aceitou até agora a proposta de quatro anos.

3) Reunião da SRT

O Secretário Sérgio Mendonça começou admitindo conhecer a pauta da C&T, que tem avançado em momentos mais favoráveis, mas que o contexto atual, de queda da atividade econômica e dos salários em geral, é razoável a proposta apresentada pelo governo, que contempla a atualização possível dos benefícios, agregado à taxa de 23,1% no formato que leva em conta os objetivos inflacionários para o quadriênio 2016 a 2019.

Afirmou que há possibilidade de o acordo conter uma cláusula de revisão em dois anos, sem que isto configure absolutamente um gatilho, mas uma abertura para negociação, em caso de haver desvios das previsões. Apresentou também uma proposta de melhorar a pontuação da GDACT, com o cálculo pela média, para a aposentadoria, o que não se aplica ao caso da C&T, que já tem esta conquista.

Sérgio Ronaldo questionou sobre o decurso de prazo para as negociações, se finaliza mesmo em 21 de agosto e se alguém aceitou a proposta do reajuste em quatro anos. O secretário afirmou que tem que ser apresentada a previsão orçamentária em 31 de agosto, apesar de o orçamento ter sido, no ano passado, votado em dezembro. Afirmou também que uma minoria de categorias, (3 em 43 categorias) aceitaria o reajuste em quatro anos, dependendo de outras situações de contorno.

O Fórum de C&T citou que as perdas da C&T atingiram um terço do poder aquisitivo dos salários, no período de junho de 2008 a dezembro de 2015, projetada uma inflação de apenas 6,5% para 2015, descontados os 15,8% integralizados. Citou que, baseado no histórico do resultado negativo do acordo de 2012, não é nem um pouco palatável a proposta agora apresentada. Tanto a taxa de reajuste quanto o prazo dele são parâmetros ruins. Lembrou que a C&T apresentou tabela visando a equiparação com atividades típicas de estado, pela atratividade e retenção de novos servidores, que aportados às carreiras de C&T logo encontram oportunidade e evadem para outras carreiras menos exigentes e com melhores salários. Os salários, neste caso, assumem caráter estratégico de deter o desmanche dos institutos públicos. Defendeu a incorporação da GDACT ao vencimento básico, argumentando que a gratificação foi concedida num contexto remuneratório. Reclamou da falta de mesa de discussão dos assuntos extra salariais, da restrição de espaço aos tempos das campanhas salariais.

Mais objetivamente o Fórum de C&T citou os demais pontos das reivindicações, quais sejam o fortalecimento do VB pela incorporação da GDACT e o retorno do vínculo percentual das gratificações de titulação e qualificação aos percentuais históricos das carreiras, de 18, 35 e 70%. Questionado, o secretário informou que não há qualquer possibilidade negociar esta tabela dentro do exíguo prazo

apresentado para o fim desta negociação.

O secretário foi questionado se há algum condicionamento da discussão incorporação da GDACT ao Vencimento Básico, prevista no Termo de Acordo 9/2012, ainda em vigor, à aceitação da proposta do governo, há possibilidade de avançar na discussão da incorporação independentemente da campanha salarial? O secretário respondeu que sim, que a discussão da GDACT está condicionada ao acordo. No curso do acordo, em que seja definida a taxa de reajuste, se for a decisão de reajuste linear, não haverá espaço para incorporação ou haverá num sentido de que a distribuição do impacto num sentido causa perda para o outro lado. Afirmou que não tem nada fechado, mas também não tem mágica.

Sérgio Ronaldo atentou para necessidade de o governo avaliar o prazo do reajuste, o que poderia facilitar a conversão de postura das categorias e avançar em torno de uma convergência. Esta posição deveria ser repassada à C&T antes do dia 21, considerando também as perdas expostas pelos companheiros.

O Fórum de C&T insistiu que há um termo de acordo assinado e vigente que não foi cumprido pela SRT e que a SRT precisa fazer a “secretaria relacional” e não apenas a “secretaria salarial”, a C&T tem questões estruturais que precisam ser discutidas, mesmo não havendo a mesa da negociação salarial. O secretário argumentou que a C&T é a única que avançou na incorporação da GDACT num momento em que isto foi possível. O Fórum questionou então do porque não seguir avançando, uma vez que esta incorporação não traz impacto orçamentário. O secretário argumentou que á sim impacto e que toparia direcionar a disponibilidade orçamentária neste sentido que seria questão única de fazer as contas, lembrando que não há mágica, se desloca para um lado falta no outro. O Fórum afirmou não concordar com o cômputo deste movimento na distribuição porque o impacto deste movimento é casual, não envolve o universo das carreiras e nem é definitivo, mas decrescente, na medida em que apenas os servidores mais antigos, próximos da aposentadoria, seriam beneficiados.